

ANÁLISE QUALITATIVA DO ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO EXTENSIONISTA REALIZADO EM UMA COMUNIDADE RURAL: PERCEPÇÃO DE ACADÊMICOS E DE PACIENTES

QUALITATIVE ANALYSIS OF EXTENSION DENTAL CARE PROVIDED IN A RURAL
COMMUNITY: PERCEPTION OF STUDENTS AND PATIENTS

Fabio Anibal Goiris¹, Margarete Aparecida Salina Maciel², Abraham Lincoln Calixto³

RESUMO: O objetivo deste artigo consiste em apresentar e discutir, o atendimento clínico odontológico realizado em uma comunidade rural, mediante o projeto extensionista “Ação Integrada em Odontologia na Comunidade Rural de Itaiacoca, para pacientes adultos, idosos e crianças”, no Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária - CRUTAC. Para isso, consultaram-se as avaliações do projeto realizadas tanto por pacientes como por acadêmicos de odontologia. A metodologia utilizada englobou a análise do Relatório Final do Projeto, considerando a percepção de alunos e de pacientes participantes. Os resultados mostraram uma percepção positiva por parte de alunos, professores e principalmente pacientes. Os alunos e pacientes se referiram à necessidade de ampliar os atendimentos, como o atendimento às crianças. Pode-se concluir que este Projeto não apenas cumpriu as exigências legais como também demonstrou que é possível uma interação benéfica para os pacientes e democrática para o próprio país. Alguns pontos básicos deste Projeto incluem a noção de que os membros da comunidade rural (pacientes) não são sujeitos de atendimentos beneficentes, filantrópicos, caritativos ou populistas, mas, sujeitos de fato e de direito, inseridos numa sociedade em crescente democratização. Por outro lado, os alunos neste Projeto são colocados como sujeitos da construção do seu próprio conhecimento.

PALAVRAS-CHAVE: Extensão comunitária. Zona rural. Cuidados odontológicos. Democracia.

ABSTRACT: The objective of this article was to present and discuss the clinical dental care provided in a rural community, through an Extension Research Project, at Rural University Training and Community Action Center - CRUTAC. To this end, evaluations of the project carried out by both patients and dentistry students, who provided the services, were consulted. The methodology used to develop this work encompassed the analysis of the Final Project Report, considering the perception of participating students and patients. The results showed a positive perception on the part of students, teachers and especially patients. Students and patients referred to the need to expand services, such as care for children. It can be concluded that this Project not only fulfilled the legal requirements, but, above all, demonstrated that a beneficial interaction for patients and democratic interaction for the country itself is possible. Some basic points of this Project include the notion that members of the rural community (patients) are not subjects of charitable, philanthropic, or populist care, but subjects in fact and in law, inserted in a society in increasing democratization. On other hand, the students in this Project are placed as subjects of the construction of their own knowledge.

KEYWORDS: University extension. Rural area. Dental care. Democracy.

Revista Práticas em Extensão, volume 8, número 3, 2024

DOI: <https://doi.org/10.18817/rpe.v8i3.3819>

Editora-chefe: Camila Pinheiro Nobre

Artigo submetido: 25/08/2024

Artigo aceito: 28/10/2024

Artigo Publicado: 24/11/2024

¹ Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Ponta Grossa (PR), Professor Adjunto do Curso de Odontologia, Departamento de Odontologia, Coordenador do Projeto de Extensão, fgoiris@hotmail.com, Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8721-4877>.

² Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Ponta Grossa (PR), Professora Associada do Curso de Farmácia, Departamento de Análises Clínicas e Toxicológicas, Coordenadora do Programa CRUTAC, masalina@uepg.br, Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5688-6195>.

³ Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Ponta Grossa (PR), Professor Associado do Curso de Odontologia, Departamento de Odontologia, Supervisor do Projeto de Extensão alcalixto1@gmail.com, Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4177-9714>.

1 INTRODUÇÃO

No *Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão* das universidades públicas brasileiras, realizado em 2012, enfatizou-se que o contato real entre universidade e comunidade somente poderia ocorrer mediante a *Extensão Universitária*, entendida como um processo interdisciplinar educativo, cultural, científico e político, que, agiria sob o princípio da *indissociabilidade* (particularmente entre ensino, pesquisa e extensão). Esta interação promoveria uma ação transformadora entre a universidade e outros setores da sociedade (FORPROEX, 2015).

Mas além da importância da extensão universitária como geradora de políticas públicas, há elementos na área do *Direito* que definem e iluminam o seu papel democrático na sociedade. O Direito Positivo, no artigo 208, inciso V, da Constituição Federal de 1988, trata especificamente do dever do Estado com a educação. A seguir, a mesma Constituição, consagrou o princípio da “indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (Artigo 207) e, oito anos depois, a Lei de Diretrizes e Bases de 1996 (Lei nº 9.394/96) estabeleceu a Extensão Universitária como uma das finalidades da Universidade (Artigo 43).

Nesta perspectiva, é preciso apontar para o fato de que a Constituição de 1988, artigo 208, § 1º, sinaliza que o acesso ao ensino obrigatório e gratuito é um *direito público subjetivo*. Isto significa que os direitos e interesses individuais devem ser protegidos quando os mesmos coincidirem com o direito público. São exemplo clássicos: o direito à educação infantil, a progressiva universalização do ensino médio gratuito e o acesso aos níveis mais elevados do ensino. Assim, o *direito público subjetivo* configura-se como um instrumento jurídico de controle da atuação do poder estatal, pois permite ao seu titular constranger judicialmente o Estado a executar aquilo que se propõe. No caso específico deste trabalho a ideia democratizadora consiste em aproximar o conceito de *direito público subjetivo* da efetiva e concreta realização das atividades extensionistas em zonas rurais.

O princípio do *direito público subjetivo* (largamente aplicado para o caso dos estudantes brasileiros) deve ser projetado para o caso do cidadão que é morador de áreas ou comunidades rurais, onde, além de ter a seu favor os direitos educacionais já citados, teria também o direito de receber atendimento (material, cultural, tecnológico, jurídico, de saúde etc.), na forma de *extensão universitária*. De fato, como assinala Seixas Duarte, 2002, a partir do desenvolvimento deste conceito (*direito público subjetivo*), passou-se a reconhecer situações jurídicas em que o Poder Público tem o dever de dar, fazer ou não fazer algo em benefício de um particular. Assim, como todo direito cujo objeto é uma prestação de outrem, ele supõe um comportamento ativo ou omissivo por parte do devedor (neste caso do Estado).

O que se busca é a superação das atitudes omissivas e a adequação prática e democrática ao contexto de uma Constituição que adota o modelo do *Estado Social de Direito*. A Extensão Universitária deve servir como instrumento de inserção e inclusão social, aproximando a academia das comunidades e instituições adjacentes, particularmente as mais desprovidas de recursos.

É neste contexto, que nasceu a expressão *profissional cidadão*, visando caracterizar o indivíduo, com curso superior, cujo trabalho cotidiano se baseie na alteridade e na relação não hierárquica e não autoritária com os cidadãos comuns com os quais poderá chegar a conviver. Este processo deve originar-se ainda durante o curso de graduação e foi resumido numa entrevista pelo professor Roberto Lelis (2019), Pró-Reitor da Extensão da UFRRJ, quando expressou que: “A missão da extensão é trabalhar na formação do aluno en-

quanto cidadão, comprometido com o meio ambiente, com as pessoas a sua volta, com os direitos humanos e a democracia. Além disso, a convivência com a comunidade deve ser em forma de dupla direção, porque o conhecimento é mútuo. Você leva conhecimento, você traz conhecimento e, assim, você cresce”.

Isto nos aproxima a outra interpretação importante. A atividade extensionista não pode ser entendida apenas como o ato de *distender* (como estender a mão) ou criar uma ponte, no sentido de efetivar uma acolhida caritativa e beneficente. Pelo contrário, o que busca o extensionista (*profissional cidadão*) não é a extensão filantrópica de suas mãos, mas dos seus conhecimentos e suas técnicas.

A inclusão da extensão no currículo formal do aluno foi uma das mudanças mais significativas dos últimos tempos. Isto remete à ideia de que a extensão deixa de ser uma atividade complementar e torna-se uma ação necessária e certamente obrigatória (inclusive porque atende também a um processo denominado de *curricularização*). Contudo, o sentido de completude não se consegue apenas com a formalidade e a obrigatoriedade da atividade extensionista, ela deve ser reflexiva e humanista.

Nesse sentido, Paulo Freire (1979) define a natureza humana como de reflexão e relação. Só a pessoa humana é capaz de objetivar a realidade e refletir a respeito dela. Por isso mesmo, a conscientização é um compromisso histórico, implicando também numa *consciência histórica*, em cuja perspectiva os homens assumam o papel de sujeitos que fazem e refazem o mundo. Exige que os homens criem sua existência com um material que a vida lhes oferece. Assim, continuando com Fernandes *et al.* (2012), cabe à universidade, enquanto órgão formador, estimular a construção de espaços e ambientes capazes de propiciar momentos de reflexão e de humanização dessa realidade.

A filosofia educacional de Freire caminha no sentido de se opor ao *individualismo possessivo*, tão em voga no *capitalismo tardio* e que fora descrito por Macpherson (1979). A propósito, o referido autor, filósofo político canadense, ao estudar o conceito de propriedade, adota o marco teórico do *individualismo possessivo*. O autor cita Hobbes, Locke e Kant, como pertencentes à perspectiva pré-moderna, segundo a qual o *real* era condicionado pelo sobrenatural e a legitimidade do poder tinha origem divina (a teologia era a *arché* ou *arqué* de todas as ciências). Contrariamente, na perspectiva moderna, o que legitima o poder é a igualdade, não a superioridade.

Desta maneira, no modernismo, como criador do mundo, Deus é levado para a esfera sobrenatural, cabendo ao homem administrar o mundo terreno. Como resultado desta transformação, a teoria política passou a se caracterizar pela secularização e a racionalização, o que mudou o conceito de *propriedade*. Este entendimento ultrapassa as clássicas interpretações coletivistas, igualitaristas e eclesíásticas para uma nova compreensão, calcada no indivíduo, ou, mais propriamente, no *individualismo*. Assim, a relação entre “individualismo” e “posse” tornou-se fundamental para a estruturação do pensamento político hegemônico na modernidade.

Macpherson colocava pelo menos dois paradigmas fundamentais do *individualismo possessivo*: a) todos os indivíduos procuram racionalmente maximizar seus proveitos e b) alguns indivíduos querem um nível maior de proveitos ou de poder dos quais já são possuidores. Diante disto, existe, no mundo, uma acumulação ilimitada de propriedade de capitais, com circulação livre entre países ricos e pobres, na esteira da especulação financeira. É justamente este conceito tão arraigado nas sociedades contemporâneas o que produz a tendência a desprestigiar as comunidades rurais, entendidas como não inseridas na espiral produtiva e consumista do capitalismo.

Na sociedade contemporânea, em pleno século XXI, como afirma Bello (2012), na es-

teira de Mcpherson, o imperativo do “ter” prevalece sobre o do “ser”, o que demonstra a tônica de desprezo por aqueles seres humanos que não estão inseridos no processo produtivo e, conseqüentemente, permanecem desprovidos de propriedade e/ou capacidade de consumo. As comunidades rurais não estão, aos olhos do utilitarismo, inseridas na espiral produtiva e consumista do capitalismo. Assim, um dos grandes dilemas existenciais consiste em: como demover, de grande parte dos estudantes universitários, uma concepção de indivíduo, marcada desde a infância, por características possessivas? Há o entendimento econômico de que as comunidades rurais representam um óbice ao avanço do *individualismo possessivo*, o qual se consolidaria unicamente em presença de produções, acumulações e especulações materiais tais quais ocorrem em áreas urbanas e grandes metrópoles.

Nesse contexto, alguns trabalhos demonstraram que as populações rurais são desproporcionalmente afetadas por diferentes doenças devido ao acesso limitado aos serviços de saúde e ao apoio material (infraestrutura) restrito e insuficiente para manter comportamentos saudáveis (Therault; Bridge, 2023). Ademais, os mesmos autores demonstraram que a saúde oral precária é mais prevalente entre as populações rurais, quando comparadas a populações urbanas, justamente por apresentarem níveis aumentados de doença periodontal e dentes cariados e perdidos, devido a cáries e dentes obturados (Índice CPOD - número médio de dentes permanentes cariados, perdidos e obturados por criança, aos 12 anos de idade, em determinado local e período).

No que se refere às práticas extensionistas no mundo, estas iniciaram-se na Inglaterra da segunda metade do Século XIX, em plena Revolução Industrial. Naquele período, foram criados em Londres os chamados *colleges*, espécies de universidades populares com cursos voltados para jovens proletários que trabalhavam nas fábricas do país, ministrados inclusive à noite e que já adotavam o conceito de *educação continuada (lifelong education)*. Mais de cem anos depois, a extensão universitária no Brasil começou a ser regulamentada oficialmente em 1931, dentro do Decreto 19.851 (“Reforma Francisco Campos”), que estabeleceu no país o formato das instituições do setor. Durante o governo de Getúlio Vargas, as universidades, tanto públicas como privadas, foram autorizadas a criarem “cursos de extensão universitária, destinados a prolongar, em benefício coletivo, a atividade técnica e científica dos institutos universitários” (Medeiros, 2017).

Nesta perspectiva, existe na UEPG há mais de 50 anos o Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária – CRUTAC, desenvolvendo ações e projetos extensionistas voltadas para as comunidades rurais. Recentemente foi lançado um livro: “*UEPG: Cinco décadas de extensão*” (2021), no qual se corrobora a idoneidade institucional e a vocação extensionista dessa universidade (Schimanski; Nadal; Scheffer, 2021).

O presente Projeto de Extensão intitulado “*Ação Integrada em Odontologia na Comunidade Rural de Itaiacoca, para pacientes adultos, idosos e crianças*”, inserido dentro do Programa CRUTAC, tem procurado caminhar no sentido de aproximar-se do paradigma de uma universidade socialmente referenciada e onde, através de uma filosofia extensionista, os conhecimentos sejam difundidos, socializados e democratizados.

Dessa maneira, o objetivo deste trabalho consiste em apresentar e discutir, mediante uma análise qualitativa, o atendimento clínico odontológico realizado em uma comunidade rural. Para isso, consultaram-se as avaliações do projeto realizado: i) por pacientes e ii) por acadêmicos de odontologia.

2 METODOLOGIA

O presente trabalho se baseia na análise qualitativa de duas formas de avaliação do Projeto de Extensão “*Ação Integrada em Odontologia na Comunidade Rural de Itaiacoca, para pacientes adultos, idosos e crianças*”: 1) Avaliação por escrito feita por estudantes de Odontologia que participaram do projeto (em número de 30) e 2) Avaliação por escrito feita por pacientes que participaram do Projeto, isto é, pacientes atendidos clinicamente dentro do Projeto (em número de 30).

Estas avaliações, extraídas do *Relatório Final* entregue à universidade (PROEX/UEPG) como demonstrativo da conclusão do projeto, consistem no preenchimento de um modelo de avaliação (tanto por acadêmicos de Odontologia como por pacientes), para viabilizar um quadro demonstrativo da percepção/expectativas dos agentes envolvidos com relação a alguns aspectos da realidade concreta vivenciada por ambos os grupos participantes.

Cabe acrescentar que no período de realização do Projeto relatado foi de 17/05/2022 até 16/05/2024, com atendimento às pessoas de diferentes faixas etárias. Os acadêmicos foram em número de 60, distribuídos em grupos de 5 para cada semana de atendimento. Os procedimentos realizados seguiram um padrão de excelência compatível com os ensinamentos e a prática clínica do currículo do 5º ano de Odontologia. Ou seja, não se tratou de atendimentos apenas de emergência ou de urgência como os plantões odontológicos, mas de uma prática clínica ampla e diversificada, semelhante aos procedimentos realizados nos consultórios odontológicos contemporâneos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este Projeto de Extensão trouxe resultados positivos para todos os envolvidos (alunos, pacientes e para a própria universidade, engajada em processos institucionais de *curricularização* da extensão). Isto significa que, de acordo com as declarações apresentadas pelos alunos nas suas avaliações observaram-se respostas unânimes sobre a necessidade e a importância de os acadêmicos de Odontologia participarem destes projetos de extensão em zonas rurais. Observou-se que a prática clínica na extensão rural exige do aluno uma capacidade de decisão e de resolução que sejam rápidas, eficazes e até incomuns, visto que os pacientes chegam ao atendimento com muita dificuldade, entre as quais se incluem a enorme deficiência de meios de transporte. Diante disso, impõe-se que os procedimentos clínicos, necessários e prementes, não sejam adiados ou procrastinados alegando quaisquer motivos.

Por outro lado, os alunos relataram que a realização de procedimentos clínicos e os materiais dentários utilizados nos pacientes são os mesmos (em qualidade e durabilidade) das clínicas urbanas da universidade. Isto demonstra que o atendimento em zonas rurais por parte de estudantes do último ano de Odontologia não é sinônimo de beneficência, caridade ou filantropia, mas, ao contrário o que o estudante incorpora no seu entendimento é o espírito do chamado *profissional cidadão*: aquele que oferece ensinamentos objetivos, concretos e adaptados à realidade do lugar de maneira a construir (através do Projeto de Extensão) uma ponte de humanismo e igualitarismo. Os alunos declararam também que existe a necessidade de ampliar os atendimentos, como o atendimento a crianças, e, naturalmente, expandir e modernizar o local do atendimento rural com novos equipamentos e novos materiais.

No que se refere as respostas por parte dos pacientes, observou-se que elas são praticamente unânimes em afirmar que os procedimentos clínicos realizados pelos estudantes

corresponderam plenamente às suas expectativas. Os pacientes ficaram muito contentes e agradecidos pela qualidade dos atendimentos. Repetiram nas respostas que indicariam a outros amigos, parentes e vizinhos o comparecimento ao local de atendimento. Por fim, os pacientes sugeriram que o atendimento poderia se expandir por pelo menos um dia a mais na semana, uma vez que a população com necessidade de atendimento vem aumentando na comunidade rural de Itaiacoca.

Os pacientes também afirmaram em suas respostas que existe na comunidade rural uma grande demanda de próteses parciais de acrílico e próteses totais. Alegam estes pacientes que, dentro do Projeto Extensionista, os tratamentos são diversificados e incluem restaurações, tratamentos de canal, cirurgias, etc., mas, quando se trata de confeccionar as próteses para substituir os dentes ausentes, emergem várias dificuldades para a sua realização. A explicação que é dada aos pacientes é que são tratamentos que dependem de terceirização (profissionais protéticos), com todo o fator pecuniário envolvido.

Nas avaliações dos pacientes da população rural de Itaiacoca verificou-se também que os mesmos são muito gratos quanto a eficácia da realização procedimentos clínicos, particularmente aqueles considerados de urgência, que visam eliminar a dor de dentes e que incluem: as pulpites agudas, as sensibilidades dentinárias por cáries e os abscessos. Por fim, os pacientes mostraram-se contentes quando são encaminhados para intervenções especializadas (e realizados em outros locais e instituições mais adequadas) como os tratamentos de Ortodontia, Cirurgia Buco Maxilo Facial, Próteses fixas e removíveis, implantes dentários e dores e disfunções da Articulação Temporo Mandibular - ATM.

Num período estudado (entre 2023 e 2024) foram atendidos 363 pacientes (entre adultos e crianças), para procedimentos complexos. Mas, se forem incluídos na contagem os procedimentos não cadastrados no Relatório como a remoção de pontos, prescrição de medicamentos, orientações diversas, entre outros, os atendimentos chegariam a mais de 500 pessoas. Isto demonstra uma intensa atividade clínica e um vivo comparecimento dos pacientes. Os procedimentos que foram realizados em maior número são: a) as restaurações com resina composta, b) as raspagem e alisamentos radiculares com ultrassom e com curetas, c) as exodontias, d) as profilaxias e orientações de higiene bucal e, finalmente, e) os tratamentos endodônticos ou de canal.

Observou-se que a maior demanda e o problema mais destacado neste Projeto de Extensão em zona rural é a não realização (ou a realização muito reduzida) de próteses removíveis de acrílico visando substituir os dentes perdidos. Este quadro já foi relatado pelos pacientes nas suas avaliações. Na origem deste problema está a rápida perda de dentes, particularmente em adultos jovens, que se intensifica em localidades rurais.

Nesse sentido, alguns dados a respeito das ausências de dentes em pessoas de áreas rurais (Mitchell et al., 2013), indicam que as mesmas têm uma prevalência aumentada de edentulismo parcial (ausência de vários dentes) comparativamente a pessoas das áreas urbanas (45% em áreas rurais e 38,4%, em áreas urbanas). O edentulismo parcial é ainda maior (51,3%) em áreas rurais de alta pobreza. O mesmo fenômeno é observado com o edentulismo total (pacientes que precisam de próteses completas ou totais), com uma prevalência de 4,3% nas cidades urbanas em comparação com 8,2% nos condados rurais e 10,5% nas áreas rurais de alta pobreza.

Da análise das respostas dos pacientes extraiu-se um conceito importante: a grande demanda dos pacientes é a necessidade de substituir os dentes perdidos mediante próteses. Não obstante, o Projeto não tem realizado em forma sistemática a confecção de próteses parciais ou totais de acrílico (a não ser em casos possíveis e selecionados). As dificuldades da confecção das próteses são várias, incluindo principalmente a contratação

do trabalho de pessoas terceirizadas (protéticos). Verificou-se, portanto, que a presença do poder público (do Estado), é ainda precária nestas localidades rurais, uma vez que procedimentos que são facilitados e comuns em instituições de áreas urbanas encontram enorme dificuldade em zonas rurais.

Situações semelhantes já foram relatadas em outros trabalhos (Therriault; Bridge, 2023; Gardiner *et al.*, 2020), onde os autores afirmam que as zonas rurais apresentam o problema da asfixiante alta rotatividade de profissionais da saúde e a escassa presença de especialistas. Isto leva a existência de falsas crenças em saúde e comportamentos pouco saudáveis. O grande e premente objetivo das extensões é justamente superar estas deficiências e vulnerabilidades que afetam adversamente as pessoas que vivem em áreas rurais.

Estes dados são importantes e demonstram que ainda existe omissão por parte de diferentes setores da sociedade gerando uma dissociação entre universidade e comunidade, especialmente em áreas rurais. O princípio da indissociabilidade é justamente aquele que vai permitir a isonomia e a igualdade que irão resultar numa interação transformadora. Inclusive porque o denominado *êxodo rural* (Miranda *et al.*, 2020), pode ser positivamente modificado por um cuidado e uma educação inclusiva no Campo. De acordo com a Política Nacional de extensão Universitária o que o país precisa é de uma visão transformadora voltada para a aplicação de metodologias que estimulem a participação e a democratização do conhecimento, colocando em relevo, inclusive, a contribuição de atores não-universitários em sua produção e difusão.

Nesse sentido, recentemente a Itaipu binacional inaugurou um programa de extensão universitária, principalmente para questões de sustentabilidade ambiental. As universidades estaduais do Paraná firmaram no dia 03 de agosto de 2024 uma parceria com a Itaipu Binacional e o Parque Tecnológico Itaipu (PTI), com foco no desenvolvimento de projetos de extensão em sustentabilidade. A iniciativa prevê aporte de R\$ 24 milhões para apoiar 200 projetos e financiar a concessão de até mil bolsas-auxílio, no valor de R\$ 700 para estudantes de graduação e R\$ 1,4 mil para professores, fato que poderá minimizar, a médio e longo prazo, a dissociação relatada no presente trabalho. Outras iniciativas desta natureza poderiam contribuir para mudanças necessárias no cenário atual.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos impactos que a presente experiência extensionista pode produzir em grande parte dos estudantes universitários (neste caso nos alunos de último ano de Odontologia) é a superação do discurso da *hegemonia acadêmica* substituindo-o pela ideia de alteridade e isonomia. O acadêmico portador ou mensageiro da noção de *hegemonia*, entende que o conhecimento acumulado na universidade deve ser repassado, como quem estende a mão ao necessitado, num processo “natural” de transferência filantrópica de quem é *preeminente* (a academia) para aquele que não tem posses, inclusive culturais (o *subalterno*), como seriam os membros de uma comunidade rural. Esta situação foi raramente observada em nosso projeto de extensão. Os acadêmicos têm demonstrado uma natural consideração e alteridade quando em contato com os pacientes e seus problemas. Com isto se estaria cumprindo também o princípio da *dialogicidade* à qual já se referia Paulo Freire.

Os resultados deste projeto de extensão foram altamente positivos (para acadêmicos, professores e pacientes) não apenas por estar cumprindo determinações e preceitos legais emanados por instancias educacionais superiores, mas, porque se verificaram transformações na qualidade de vida dos pacientes que passaram a contar com atendimentos clíni-

cos regulares em suas próprias regiões. Assim, muitos pacientes adultos receberam seu primeiro tratamento odontológico dentro deste Projeto, demonstrando enorme gratidão.

No que se refere aos alunos, estes passaram a perceber a importância de estar contribuindo como *profissionais cidadãos* (conceito já descrito neste trabalho), visando melhorar a situação de vulnerabilidade (que em alguns casos chega à marginalização) da maioria dos pacientes participantes. O projeto certamente teve por escopo incentivar o aluno a ajudar os pacientes a superar as barreiras que dificultam o acesso a saúde. Isto demonstrou sobretudo a relevância do conceito de *socialização extramuros*, cujo resultado final seria uma inclusão social verdadeira.

Finalmente, este projeto afetou a vida dos professores que passaram a perceber com maior clareza o quão devastador pode ser a ausência do Estado em comunidades rurais. Este conceito está atrelado ao princípio de aplicabilidade do *direito público subjetivo* (já esboçado anteriormente) e cujo resultado adverso pode ser a precarização e a pauperização acelerada dos cidadãos em situação de vulnerabilidade. Os professores assimilaram também a ideia, entendida por vezes como utópica, de que a experiência extensionista contribui para o processo de reconstrução da própria *Nação*. A reativação de uma pequena comunidade rural pode estar inaugurando perspectivas teleológicas cujo destino poderia ser a própria reconstrução da *polis*, da forma como os gregos invocavam a cidade e a toda a comunidade política.

5 AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem à Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Culturais – PROEX da Universidade Estadual de Ponta Grossa por todo o apoio prestado aos projetos extensionistas que compõem o Programa CRUTAC.

REFERÊNCIAS

Bello, E. A teoria política da propriedade na era moderna: ascensão e crítica do individualismo possessivo. **Revista Quaestio Iuris**, v. 5, n. 1, p. 220–241, 2012. DOI: 10.12957/rqi.2012.9867. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/quaestioiuris/article/view/9867>. Acesso em: 10 ago. 2024.

Fernandes, M.C; Silva, L.M.S. da; Machado, A.L.G; Moreira, T.M.M. Universidade e extensão universitária: a visão dos moradores das comunidades circunvizinhas. **Educação em Revista**, v. 28, n. 4, p. 169-194, 2012.

FORPROEX. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Públicas. Política Nacional de Extensão Universitária (Manaus-AM, maio de 2012). Florianópolis: Imprensa Universitária da UFSC, 2015.

Freire, P. **Conscientização: teoria e prática da libertação - uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. Trad. Kátia de Mello e Silva. Ed. Cortez & Moraes, São Paulo, 1979.

Gsriner F. W.; Richardson, A.; Gale, L. et al. Rural and remote dental care: Patient characteristics and health care provision. **Australian Journal of Rural Health**; v.28, p. 292–300, 2020. DOI:10.1111/ajr.12631.

Lelis, R. Transformação social e formação cidadã: por que a Extensão é importante? **Informativo PROEXT**, UFRRJ, 1 de março de 2019. Disponível em: <https://portal.ufrj.br/wp-content/uploads/2019/03/001.pdf>. Acesso em: 09 de ago. 2024.

Macpherson, C. **A teoria política do individualismo possessivo: de Hobbes a Locke**. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1979.

Medeiros, M.M. de. A extensão universitária no Brasil – um percurso histórico. **Revista Barbaquá**, v. 1, n. 1, p. 9–16, 2017. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/barbaqua/article/view/1447>. Acesso em: 08 ago. 2024..

Miranda, M. T.; da Silva, E. B. Relato de experiência extensionista: equipamentos de proteção individual para os educandos do campo. **Revista Eletrônica de Extensão: Extensio**, Florianópolis, v. 17, n. 37, p. 132-141, 2020. DOI: 10.5007/1807-0221.2020v17n37p132.

Mitchell, J.; Bennett, K.; Brock-Martin, A. Edentulism in high poverty rural counties. **The Journal Rural Health**, v. 29, n.1, p. 30–38, 2013. DOI:10.1111/j.1748-0361.2012.00440.x.

Schimanski, E.; Nadal, B.G.; Scheffer, S.M. (org.). **UEPG: Cinco décadas de extensão**. Ponta Grossa, Editora da UEPG-PROEX, 2021.

Seixas Duarte, C. Direito público subjetivo e políticas educacionais. **São Paulo em Perspectiva**, v.18, n.2, p. 113-8, 2004.

Theriault, H.; Bridge, G. Oral health equity for rural communities: where are we now and where can we go from here? **British Dental Journal**, 235, 99–102, 2023. DOI:10.1038/s41415-023-6058-4.